

A IMPORTÂNCIA DAS INOVAÇÕES SOCIOTÉCNICAS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE BASE ECOLÓGICA

Suzana Maria Pozzer da Silveira
Instituto Federal Catarinense (IFC – Campus Sombrio)
E-mail: sumapozzer@gmail.com

Área Temática: Economia rural e agricultura familiar

Resumo

No Brasil, a partir da década de 1990, a agricultura familiar passou a ter mais destaque e reconhecimento, tendo recebido apoio de várias políticas públicas, tais como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Posteriormente, com a crescente demanda por alimentos limpos, livres de insumos químicos, a agricultura familiar de base ecológica passa a ter uma significativa ampliação. Outra novidade refere-se ao fato de que as organizações, entidades, movimentos sociais, representativas desse segmento, passaram a ser mais proativas e propositivas. Dessa forma, participam mais ativamente na construção e implementação das políticas públicas, não se restringindo à crítica, reivindicações e protestos. Assim como, introduzem inovações na forma de organização e gestão dessas atividades. Trata-se das inovações sociotécnicas, as quais compreendem uma tecnologia organizativa e grupal em termos de saber tecer alianças e auto-organizar-se. A sua viabilização implica transformações lentas, de médio e longo prazo, por meio de mudanças cumulativas. Um exemplo emblemático são as redes de agricultores familiares e agroecológicos, tais como a Rede Ecovida de Agroecologia e as experiências no âmbito da Economia Solidária. No entanto, pode-se colocar que os desafios na consolidação e difusão dessas inovações são proporcionais à crescente demanda por produtos limpos e saudáveis. Isso porque, correm um sério risco de perderem o seu ideário e/ou a sua identidade de projeto, limitando-se a meros nichos de mercado, tal como é demonstrado no estudo de caso sobre a Rede Ecovida de Agroecologia (Núcleo Litoral Catarinense). Mais que um estilo de agricultura, a agroecologia propõe a transição para uma agricultura de base sustentável, o que, atualmente, implica transformar a base técnica de produção agrícola. Ou seja, a agroecologia está longe de ser uma mera ecologização, limitada à produção limpa, sem insumos químicos, ou a nichos de mercado, pois compreende uma nova abordagem de desenvolvimento rural. Nesse contexto, o conceito de transição agroecológica passa a ser primordial, sendo compreendido como um processo gradual e multilinear de mudança, que incorpora tecnologias de base ecológica. Envolve outra racionalização econômica, produtiva, assim como novas atitudes e valores dos atores sociais, devendo cada agroecossistema ser considerado em suas especificidades, de modo a fortalecer o desenvolvimento territorial sustentável.

Palavras-chave: Agricultura familiar agroecológica, Inovações Sociotécnicas, Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Introdução

Da década de 1990 em diante a agricultura familiar passou a ter maior reconhecimento, tendo várias políticas públicas sido direcionadas a esse segmento do meio rural brasileiro. Entre as principais estão o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Territórios da Cidadania e o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). Recentemente foi lançado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) que também irá contribuir para ampliar essas políticas, tendo em vista efetuar ações voltadas ao fortalecimento do desenvolvimento rural sustentável em prol de uma transição agroecológica e orgânica.

A organização e demanda da sociedade civil foi fundamental para alavancar essas iniciativas, tendo destaque os movimentos sociais, ONG's, fóruns, redes e entidades diversas. Essas organizações não tem se limitado à crítica ao sistema e/ou falta de oportunidades, de direitos, pois são mais proativas e propositivas. Procuram colocar em prática inovações em diversos âmbitos, seja na produção, na criação de novas formas de gestão e organização social, mais participativas, horizontalizadas e dinâmicas. Trata-se das inovações sociotécnicas, as quais constituem uma tecnologia organizativa e grupal que envolve um saber fazer e um saber aliar-se, implicando processos de aprendizagem que podem ser replicados (HERRERA; UGARTE, 2008). Consistem em transformações lentas, de médio e longo prazo, por meio de mudanças cumulativas. Um exemplo emblemático são as redes de agricultores familiares e agroecológicos, tais como a Rede Ecovida de Agroecologia e as experiências no âmbito da Economia Solidária.

Considerando os aspectos referidos, afora a introdução e as considerações finais, na primeira parte desse trabalho será conferida ênfase ao desenvolvimento da agricultura familiar, sua maior visibilidade e reconhecimento, com destaque para agricultura de base agroecológica. A segunda seção discorre sobre as inovações sociotécnicas, tendo por referência a pesquisa de tese da autora¹, em que são destacadas as potencialidades e desafios na construção e fortalecimento dos laços sociais, os quais são considerados ativos territoriais.

¹ SILVEIRA, Suzana Maria Pozzer da. **Redes de agroecologia: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável.** Estudo de caso de dois grupos do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia no período de 2002 a 2012. 2013. 482 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2013. Disponível em : <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PSOP0453-T.pdf>>. Acesso em : 7 ago. 2013.

Na terceira e última parte é enfatizado a importância dessas inovações para o desenvolvimento territorial sustentável, o que implica considerar a ideia de “territórios construídos” e de “coalisões territoriais”.

1 A importância da agricultura familiar, de base ecológica, para o desenvolvimento rural sustentável

Como é sabido, no Brasil, historicamente a agricultura familiar foi relegada a um segundo plano, tendo as monoculturas maior respaldo do poder público, seja na época do ciclo da cana de açúcar, do algodão, do café e, mais recentemente, da soja. A pequena produção, em geral, era vista como ineficiente, inexpressiva, para o desenvolvimento rural do país. Mas, na década de 1990 inicia um processo de mudança, em que o conceito de agricultura familiar passa a ser usado no Brasil, assim como é somente desse período em diante que são formuladas políticas públicas, em âmbito nacional, voltadas para esse segmento. Uma referência é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o qual vem sendo anualmente ampliado, seja em volume de recursos, seja em termos de linhas de crédito (PRONAF Infraestrutura, PRONAF Assistência Técnica, PRONAF Jovem etc) (GUANZIROLI; BASCO, 2010). Outras políticas públicas têm conferido direta e indiretamente suporte e fortalecimento ao PRONAF, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), o Programa Territórios da Cidadania e o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT).

Embora cada programa tenha suas especificidades, no caso do PRONAF, os principais desafios estão na falta e/ou baixa qualidade da assistência técnica; na dificuldade, por parte dos agricultores em gerenciar os recursos do crédito, os quais nem sempre são aplicados integralmente na atividade programada; a falta de visão sistêmica dos técnicos, entre outros. Mas apesar disso, como posto, o programa tem tido um crescimento acentuado, sendo um dos que mais tem avançado na esfera do governo federal (GUANZIROLI; BASCO, 2010).

Em função dessas políticas públicas a agricultura familiar passa a ter maior reconhecimento e visibilidade, pois é geradora de grande parte dos postos de trabalho no meio rural. Ainda que ocupe “apenas 30% da área, é responsável por 76,9% do pessoal ocupado (PO). Dos 17,3 milhões de PO da agricultura brasileira, 13.780.201 estão empregados na agricultura familiar” (GUANZIROLI; BASCO, 2010, p. 49). Não obstante, o êxodo rural

continua forte em determinadas regiões do país, o que compromete a continuidade dessas atividades. Os jovens vêm poucas perspectivas para permanecerem no campo, devido uma série de fatores, desde o trabalho extenuante, à falta de lazer, de escolas, universidades, sendo o meio urbano ainda mais atrativo.

Dessa forma, conquanto as políticas públicas tenham sido fortalecidas, ainda há muito a ser feito para alcançar o desenvolvimento rural sustentável. Isso porque, o modelo da modernização agrícola ou revolução verde, baseado nas monoculturas, na mecanização, e na utilização de insumos químicos, embora venha recebendo muitas críticas, ainda continua hegemônico. Além de absorver pouca mão de obra, devido à mecanização e uso de tecnologias avançadas, esse modelo é prejudicial à natureza, principalmente aos solos e à agrobiodiversidade (SAUER & BALESTRO, 2009). Desse modo, devido à demanda dos consumidores por alimentos limpos e sustentáveis, a agricultura de base ecológica tem se ampliado, sendo uma referência a agroecologia.

O conceito de agroecologia deriva da ecologia e da agronomia, tendo sido proposto pelos ecologistas nos anos 1930 como sendo a “ecologia aplicada à agricultura”. Desde os anos 1960/1970 com o surgimento da problemática ambiental e da importância conferida à conservação dos recursos naturais, a agroecologia passou a ter maior visibilidade. Além de não fazer uso de insumos químicos, compreende uma ciência, um movimento e uma prática que visa uma nova modalidade de desenvolvimento rural, mais sustentável e equitativa (MADAIL et al, 2011; CAPORAL, 2009).

A agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação (GLIESSMAN, 2009, p.56).

Mais que um estilo de agricultura, a agroecologia propõe a transição para uma agricultura de base sustentável, o que, atualmente, implica transformar a base técnica de produção agrícola. Ao mesmo tempo, requer novas interações com a sociedade, com o meio ambiente, com as instituições, de modo a propiciar novas oportunidades de trabalho no meio rural. Ou seja, a agroecologia está longe de ser uma mera ecologização, limitada à produção limpa, sem insumos químicos, pois compreende uma nova abordagem de desenvolvimento rural. A agricultura que não utiliza insumos químicos não é sinônimo de agroecologia, já que pode não utilizá-los devido a dificuldade de acesso, ou em função de ser apenas uma

estratégia visando nichos de mercado, devido a “onda” ecológica, tais como, por exemplo, os alimentos orgânicos etc (CAPORAL, 2004)

Nesse contexto, o conceito de transição agroecológica passa a ser primordial, sendo compreendido como um processo gradual e multilinear de mudança, que incorpora tecnologias de base ecológica. Envolve outra racionalização econômica, produtiva, assim como novas atitudes e valores dos atores sociais, devendo cada agroecossistema ser considerado em suas especificidades, de modo a fortalecer o desenvolvimento endógeno e a cultura local. No entanto, frente ao cenário atual de hegemonia do modelo pautado no agronegócio, como já referido, o processo de transição agroecológica torna-se muito complexo, seja em relação à tecnologia, ou a metodologia organizacional empregada, envolvendo no mínimo três níveis:

- 1) redução dos insumos químicos através do incremento das práticas convencionais e/ou alternativas;
- 2) substituição dos insumos químicos pelas práticas convencionais e/ou alternativas;
- 3) redesenho dos agroecossistemas, capazes de produzir novos arranjos ecológicos (GLIESSMAN, 2001, p.28).

Embora o êxito dessas propostas ainda seja tímido, o avanço parece ser contínuo, tendo em vista a crescente demanda por produtos limpos, livres de insumos químicos. Assim como, devido o fortalecimento das políticas públicas, sendo uma referência o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e a difusão desse tipo de agricultura no âmbito da sociedade civil organizada (redes de agroecologia).

2 As inovações sociotécnicas voltadas para a viabilização da agricultura de base ecológica

Em geral, as inovações, no campo social, têm surgido devido às condições adversas de falta de trabalho e de alternativas, seja por parte do Estado, seja por parte do mercado. Mas, além de constituírem uma alternativa de inserção social, visam à construção de novas modalidades de desenvolvimento, pautadas numa base técnica de produção sustentável. Ou seja, não se limitam a um perfil assistencialista, mas constituem embriões de novas formas de organização, de gestão e de trabalho. São simultaneamente endógenas, pois requerem a auto-organização, e exógenas devido à necessidade de alianças, parcerias. Ambas as dimensões

(endógenas e exógenas) contribuem para condicionar o ritmo da inovação. Segundo Herrera e Ugarte (2008),

(...) A inovação sempre se refere ao conjunto de ações necessárias para transformar uma situação particular, que inclui desde o redesenho dos processos até o desenvolvimento de novas capacidades, já que toda inovação supõe uma nova competência (p.35). (...) Uma nova forma de fazer as coisas, de organizar-se para fazer frente à vulnerabilidade (p.97).

Grande parte das inovações sociotécnicas no campo social estão relacionadas às “técnicas brandas”, pois referem-se a uma tecnologia organizativa e grupal, em termos de saber tecer alianças e auto-organizar-se (HERRERA; UGARTE, 2008). Um exemplo emblemático são as redes de agricultores agroecológicos e de economia solidária. Embora tenham especificidades, de modo geral, visam à construção de sociabilidades mais solidárias e sustentáveis, através da implementação de novas formas de produção e gestão.

Mesmo tendo suas raízes no projeto dos socialistas utópicos, em especial nos experimentos cooperativados de Robert Owen, a economia solidária ressurge no final de século XIX como resposta à crise econômica, a falta de emprego e à marginalização social. Referências recentes desse tipo de economia são os clubes de troca, os bancos comunitários, as cooperativas, as moedas sociais, entre outros (SINGER, 2003). Tem por princípios a solidariedade, a cooperação, a democracia, a supremacia do trabalho sobre o capital, o trabalho associado, a propriedade social dos meios de produção, a autogestão e integração em rede das unidades de economia solidária (LISBOA, 2004).

De forma similar, as redes de agroecologia também compreendem inovações recentes, tendo por âmbito a sociedade civil organizada. Visam fortalecer iniciativas locais, de desenvolvimento endógeno, através da troca de saberes, da conexão com outras comunidades e coletivos sociais. As redes são muito importantes, principalmente no meio rural, pois é nesse âmbito onde se encontram os maiores índices de exclusão social. Através de estruturas informais, em rede, se torna mais acessível o contato com esses segmentos sociais (NÚÑEZ-ESPINOZA, 2008). Como é sabido, para superar a condição de exclusão, faz-se necessário que o indivíduo seja sujeito ativo de sua transformação e de luta por autonomia, de modo a fortalecer a consciência comunitária, coletiva (HERRERA; UGARTE, 2008). Nesse contexto, as redes são facilitadores primordiais nesse processo de organização e aprendizagem coletiva.

No entanto, deve-se considerar que um dos principais empecilhos para a difusão e consolidação dessas inovações refere-se à dificuldade na manutenção dos seus ideários de solidariedade, de respeito ao meio ambiente e de construção de novas sociabilidades num

cenário pouco propício. Isso porque, frente à lógica do individualismo, do consumismo e da competitividade, essas inovações acabam encontrando muitos obstáculos no fortalecimento e ampliação das suas conexões internas e externas. Como pode ser visto na pesquisa de tese da autora deste artigo² sobre o Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia, as tensões no interior da rede tendem a ser comuns, tais como manter a rede ou dedicar-se aos objetivos específicos, distribuir ou concentrar poder, desenvolver trabalho coletivo ou individual (cooperativo e/ou competitivo) etc (SILVEIRA, 2013). Como consequência, ao invés de fortalecerem a identidade de projeto da rede, essas inovações acabam se limitando a temas pontuais, referente ao grupo. Dessa forma, pouco contribuem para a construção territorial, de modo a fortalecer o desenvolvimento rural sustentável, tal como pressupõe a agroecologia.

A análise de vários *experts* reforçam os resultados da referida pesquisa, uma vez que apontam as limitações dessas atividades, devido a forte segmentação e a inexistência de um objetivo comum, compartilhado com todos os atores envolvidos. Segundo Ricci (2010, p.04), grande parte das organizações da sociedade civil não “pensa o território como base de organização, mas o tema. O território articula muitos temas e pessoas. É ali que nasce a noção de público”. Para Almeida (2003) essas inovações precisam se consolidar enquanto um movimento social, não se limitando a uma mera ação contestadora e/ou restrita a identidades específicas. Para tal, precisam demonstrar novas possibilidades de produzir e de viver, legitimando-se em diferentes campos (científico, político, social), pois é por meio da interação, disputa de espaços nessas esferas, que a agroecologia poderá se consolidar. Enfatiza que para alcançar esses propósitos, essas inovações deveriam transpor certos limites como, por exemplo, o caráter ideológico dos mediadores, técnicos; a pouca interação entre os atores envolvidos nesse processo; o incipiente acompanhamento e baixa sistematização dessas atividades; a defasagem tecnológica; a frágil capacitação profissional para lidar com a complexidade dos sistemas produtivos, entre outros. Além disso, o viés político e ideológico dificulta a interação com outros atores, muitas vezes vistos como inimigos, o que acaba resultando no isolamento dessas experiências (ALMEIDA, 2003).

² SILVEIRA, Suzana Maria Pozzer da. **Redes de agroecologia:** uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável. Estudo de caso de dois grupos do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia no período de 2002 a 2012. 2013. 482 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2013. Disponível em : <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PSOP0453-T.pdf>>. Acesso em : 7 ago. 2013.

2.2 Um caso empírico: Rede Ecovida de Agroecologia - Núcleo Litoral Catarinense

Embora o lançamento oficial tenha sido no dia 28 de abril de 1999 na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a Rede Ecovida de Agroecologia surge no Sul do Brasil, sendo resultado de processos históricos, em especial de organizações da sociedade civil que lutavam por uma alternativa ao modelo da modernização agrícola ou revolução verde. Atualmente, a composição da Rede Ecovida em Santa Catarina compreende os seguintes núcleos: Vale do Rio Uruguai, Vale do Rio do Peixe, Alto Vale, Monge João Maria, Oeste de Santa Catarina, Planalto Norte, Planalto Serrano, Sul Catarinense, Litoral Catarinense, Serra Mar (ECOVIDA, 2012b). Cada núcleo apresenta uma diversidade em termos de organização e atuação em cada região, sendo uns mais proativos com maior atuação territorial, outros, menos. Não obstante, todos seguem as normas oficialmente estabelecidas pelo coletivo.

Além da dimensão ecológica, a Rede Ecovida trabalha as dimensões sociopolítica, cultural e econômica. Em termos sociopolíticos, o seu projeto requer o apoio dos movimentos sociais e organizações que postulam o seu ideário, assim como instituições, universidades e consumidores. Para a obtenção desses propósitos, torna-se necessário o fortalecimento dos seus laços externos de modo a somar forças e/ou formar coalisões territoriais, a fim de demonstrar que é possível viver de outra forma e que o seu ideário pode ser concretizável. A consideração dessas dimensões implica uma nova compreensão da natureza, a construção de uma nova sociabilidade, a consideração do saber popular e o acúmulo de experiências. Esses aspectos constituem a *identidade de projeto* da Rede Ecovida, a qual confere à agroecologia uma dimensão estratégica (ECOVIDA, 2007).

Mesmo tendo coordenações estaduais e uma coordenação geral, é nos grupos e núcleos onde são tomadas as principais decisões e encaminhamentos coletivos da Rede Ecovida. Ou seja, a rede opera de modo descentralizado, tendo por elo de referência o núcleo regional. Atualmente, a Rede Ecovida abrange os três Estados da Região Sul (RS/SC/PR) e parte da região sul de São Paulo. Está composta por 23 núcleos e dois pré-núcleos, tendo uma média de três mil famílias filiadas (ECOVIDA, 2012a). No caso específico do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida, há os seguintes grupos de agricultores agregados, os quais envolvem uma média de 180 famílias:

Quadro 01 – Grupos integrantes do Núcleo Litoral Catarinense

Grupo Aurora	Grupo de Araquari
Grupo Palhoça	Grupo Paulo Lopes
Grupo Joinville (Piraí-Cubatão)	Grupo Ratoes
Grupo Alfredo Wagner	Grupo Garopaba
Grupo Leoberto Leal	Grupo Santo Amaro
Grupo Agricultura Urbana Florianópolis	Grupo de Ituporanga
Grupo Agricultura Urbana Itajaí	Grupo de Angelina
Grupo de Guaruva	

Fonte: CEPAGRO On Line (2011).

A referida pesquisa de tese priorizou para estudo os grupos de Paulo Lopes (GPL) e de Joinville (Piraí-Cubatão) (GPC) em função do primeiro ser o mais antigo do Núcleo Litoral Catarinense, e o segundo por ter forte apoio das instituições públicas locais, em especial da Fundação Municipal 25 de Julho. As siglas (GPL e GPC) servem para identificar os grupos de forma simplificada. A pesquisa analisou os grupos no período compreendido entre 2002 e 2012, a fim de abarcar o início dessas atividades, o desenvolvimento e a situação atual. De modo geral, conforme consta no quadro a seguir, pode-se verificar que ambos os grupos tiveram uma primeira fase de estruturação, uma segunda de desestruturação e uma terceira de reestruturação.

Quadro 02 – Principais fases do GPL e do GPC

Grupos	Características	1. ^a Fase Organização dos grupos	2. ^a Fase Desestruturação dos grupos	3. ^a Fase Reestruturação dos grupos
GPL – Grupo de Paulo Lopes	Período	2002	2004 - 2009	2010-2012
	Integrantes	+/- 38 agricultores	+/- 17 agricultores	12 agricultores
	Perfil	Diversos (agricultura, pecuária, outros)	Diversos – início da organização do subgrupo da pecuária de leite	Subgrupos da agricultura e da pecuária de leite
	Mediadores	Cepagro – técnico com perfil centralizador	Cepagro – mudança de técnico (perfil menos centralizador)	Cepagro – mudança de técnico (perfil descentralizado)
	Projetos	Caminhos da Natureza ³	Biofábricas, Laticínio Cooperativo (início dessa iniciativa)	Laticínio Cooperativo Coopertabuleiro
	Famílias Certificadas⁴	-----	-----	6 famílias e 1 uma família em processo de transição.
GPC –	Período	2004	2008-2009	2010-2012
	Integrantes	+/- 24 agricultores	+/- 12 agricultores	15 agricultores

³ Projeto em que alguns nós do GPL participaram, não sendo de autoria do grupo.

⁴ Dia 01 de janeiro de 2011 entrou em vigor a nova lei (Lei - 10.831/2003 - regulamentada pelo Decreto 6.323/2007) para orgânicos no Brasil com objetivo de melhorar a garantia da qualidade dos alimentos orgânicos comercializados no Brasil. As três formas de garantia são: Certificação; Sistema Participativo de Garantia e Controle Social (agricultores que vendem por conta própria). Embora tenha sido criada em 2003, apenas em 2011 passou a ser aplicada (PORTAL TERRA, 2012).

Grupo Piraí-Cubatão	Perfil	Agricultores	Agricultores	Agricultores e fitoterápicos
	Mediadores	Cepagro e Fundação 25 de Julho (perfil descentralizado)	Fundação 25 de Julho (apoio formal, ausência de liderança)	Cepagro e Fundação 25 de Julho (perfil entre descentralizado e distribuído)
	Projetos	Fundação da Coopaville	-----	FitoJoinville Turismo rural
	Famílias Certificadas	-----	-----	5 famílias e 2 famílias em processo de transição

Fonte: (SILVEIRA, 2013, p. 255)

Na primeira fase havia maior atuação dos mediadores e incentivadores dos grupos, existindo mais encontros presenciais, visitas a outros grupos, troca de informações etc. Com o passar do tempo, essas atividades foram diminuindo, segundo relato dos próprios agricultores:

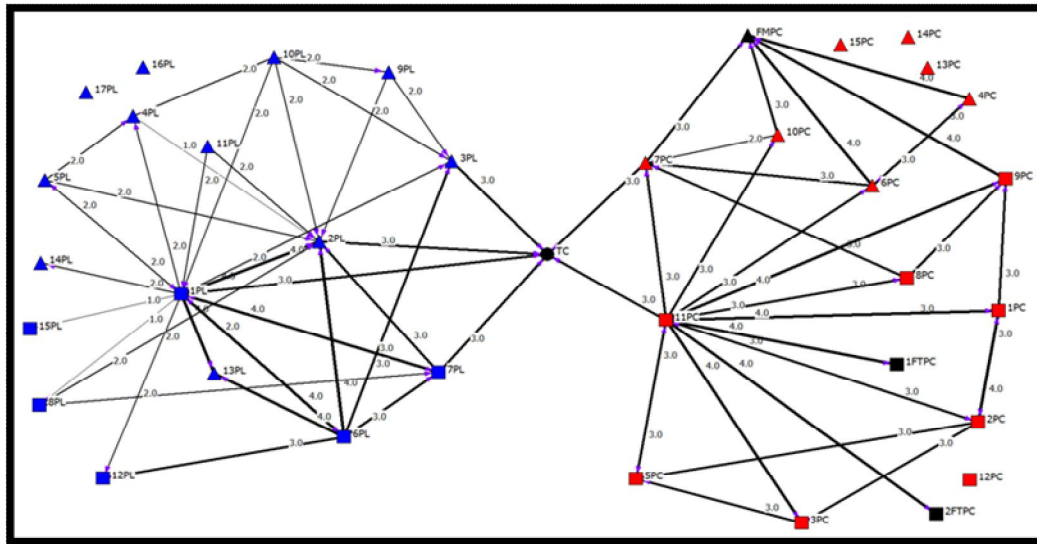
(...) atuou muito, foi legal, fantástica, aí depois trocou os dirigentes, os diretores, aí relaxaram um pouco, mudou uns 5 anos para cá, antes tinha outro perfil, era outra coisa, tinha um rapaz antes, que era um baita de um profissional só que tem muita ocupação, aí ele relaxou um pouco mais, mas ela estava indo muito bem. Agora ela tá meio capenga (10PL).

Se não viesse o TC (Técnico do Cepagro) que desse esse respaldo, aqui é muito dependente, pois nossa integração com o restante do grupo é muito tênue, tem muita pouca gente e o pessoal não está conseguindo fazer comercialização integrada com os outros, por algum motivo, a não ser o 7PC, porque o restante está meio boiando (9PC).

(...) nós não temos mais tempo de fazer aquilo que eu fiz no passado, fiquei dois anos indo de oficina em oficina, de dois em dois meses íamos a um local participar, ou era eu, ou o 2PL, o 13PL, ou o 9PL, cada um estava se fortalecendo, aprendendo para poder passar aos demais. Esse tipo de coisa nenhum daqui tem mais esse tempo de fazer (4PL).

Nos comentários dos agricultores pode-se perceber a dificuldade da organização e atuação em rede. Essa fragilidade dificulta a ampliação dessas experiências, pois as conexões entre os nós propiciam além da troca de elementos, o fortalecimento recíproco e, em consequência, a multiplicação dessas unidades (MANCIE, 1999). Um exemplo emblemático e uma evidência dos poucos laços existentes na rede é o caso do agricultor 7PC, o qual destacou a importância de existir uma equipe na rede responsável por produzir mudas orgânicas, enquanto em Paulo Lopes a agricultora 11PL, produtora de mudas orgânicas, teve de parar de produzir devido à falta de compradores. Esse descompasso pode ser visualizado no gráfico, a seguir, sobre troca de informações na rede. Além de não haver integração entre os nós, há um buraco estrutural entre os dois grupos, tendo por elo ponte e/ou intermediário o técnico do Cepagro (TC).

Gráfico 01 – Questão 1: Informação⁵



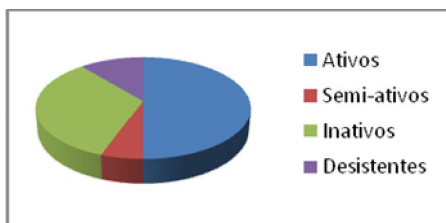
Fonte: (SILVEIRA, 2013, p.342)

Uma série de fatores contribui para explicar a baixa densidade da rede, tais como, por exemplo, o aumento da demanda por produtos orgânicos e a consequente necessidade de inserção nos mercados; a falta de recursos e de estrutura técnica adequada; pouca mão de obra disponível; frágil incentivo das políticas públicas; dificuldade no acesso à internet, entre outros. Esses empecilhos tendem a dificultar a manutenção dos ideais e princípios da agroecologia, como pressupõe a identidade de projeto da rede. No entanto, deve-se atentar para o fato de que essas inovações, ao não considerarem a dimensão sociopolítica, em termos de identidade de projeto, correm o risco de “debilitação de seu caráter transformador e contra-hegemônico” (CASSARINO, 2009, p.06). Ou seja, podem tornarem-se inovações sociotécnicas pontuais, com pouca ou nenhuma influência na construção de novas territorialidades, limitando-se a condição de nicho de mercado.

Além disso, o descrédito, a falta de perspectivas contribui para a desagregação dos grupos, para o baixo número de encontros e, em consequência, para a inatividade dos agricultores na rede, o que pode ser visualizado nos gráficos a seguir.

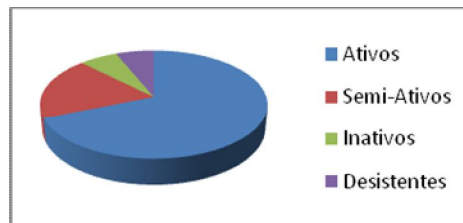
⁵ A apresentação gráfica das redes sociocêntricas obedece sempre o mesmo padrão, sendo a representação de cor vermelho do GPC, de cor azul do GPL e de cor preta dos técnicos. As figuras geométricas diferenciadas servem para destacar os subgrupos internos aos grupos. Dessa forma, o triângulo representa o subgrupo da agricultura em ambos os grupos, e o quadrado o subgrupo dos fitoterápicos do GPC, e o subgrupo do leite do GPL. A exceção do TC, os demais técnicos (1FTPC, 2FTPC e FMPC) são representados por figuras dos subgrupos que estão mais próximos, por atuarem com maior intensidade e proximidade aos agricultores. O TC se diferencia desses técnicos, pois atua no Núcleo Litoral da Rede Ecovida, e não em um grupo ou subgrupo específico.

Gráfico 02 – Tipo de participação no GPL



Fonte: (SILVEIRA, 2013, p.275)

Gráfico 03 - Tipo de participação no GPC



Fonte: (SILVEIRA, 2013, p.275)

Enquanto no GPL apenas 50% dos agricultores se dizem ativos, participantes das atividades do grupo, no GPC esse número salta para quase 75%. Esses dados comprovam o fato de que os encontros mensais são imprescindíveis para a vitalidade do grupo. Mesmo com dificuldades, o GPC mantém as reuniões mensais, tendo o mesmo ponto de encontro, a Fundação Municipal 25 de Julho. Já o GPL organiza encontros esporadicamente, apenas quando surge uma demanda mais urgente, em geral, relacionada à questão da certificação, e/ou encontro do Núcleo Litoral Catarinense. Além disso, no caso do GPL, pode-se perceber uma forte desmotivação por parte dos seus integrantes, em especial os mais antigos no grupo, podendo ser expressa na fala dos seguintes agricultores

(...) está só velhinho no campo. Na verdade o que eu sinto na região, nenhum pai dali quer que seu filho continue como agricultor. Querem que o filho seja tudo menos agricultor, ainda tem aquele preconceito. (...) Hoje esses adolescentes estão trabalhando na cidade, na BR (4PL).

O maior problema talvez seja essa perda da unidade, falta a liderança, animadores na rede. Minha certificação já era para estar pronta uns 4 ou 5 meses, mas está atrasada (3PL).

Os líderes não tem mais essa visão. Lá no oitavo encontro naquela oficina que participei foi dito isso que a questão é que a rede está se dirigindo para uma outra coisa exclusiva que é a certificação. O meu receio é que ela se torna uma entidade certificadora, teve um cara inclusive da própria OPAC que falou isso e eu reforcei, que era um risco que estávamos correndo, indo para a vala comum das auditoras (3PL).

A gente não tem nenhuma iniciativa em rede aqui no município, cada um trabalha com o seu produto, cada um do seu lado, não tem uma atuação todo mundo junto, já chegou perto outras vezes, com outras iniciativas, mas não necessariamente ligada à rede, como o exemplo do turismo, projeto Caminhos da Natureza, mas não era por sermos um grupo da rede, era um grupo de pessoas que tem empreendimentos e coincidentemente alguns eram membros da rede. (...) Aqui no nosso grupo o pessoal se volta mais para a sua atividade, cada um voltado para o seu trabalho (1PL).

No início de sua formação ambos os grupos tinham mais membros, conforme consta no quadro n.º 02 referido, tendo o GPC se estabilizado com seis agricultores e, recentemente, com a inserção dos agricultores fitoterápicos⁶ houve uma ampliação do grupo, passando a

⁶ “Em 2011, uma média de doze agricultores ligados ao Programa FitoJoinville passou a integrar o GPC, pois as plantas medicinais precisam ser necessariamente orgânicas, sendo importante a certificação para facilitar a

integrar ao todo uma média de quinze agricultores. Nesse caso pode-se considerar que não apenas os agricultores estão consolidados, pelo menos os mais antigos no grupo, como também o GPC, pois a maioria dos seus participantes é ativa, conforme gráfico anterior sobre “Tipo de participação no GPC”. Já o GPL, embora tenha doze integrantes, sendo cinco agricultores consolidados, tendo recebido novos integrantes (seis agricultores), interessados em produzir leite orgânico, o grupo ainda é pouco ativo o que dificulta a sua consolidação, de fato, enquanto grupo. Conforme gráficos (02 e 03) mencionados, apenas a metade do grupo se diz ativa, e a outra inativa, semiativa, e/ou desistente, enquanto no GPC 75% do grupo se dizem ativo.

Um dos novos integrantes do GPL, a agricultora 6PL, pretende retomar a ideia de fazer reuniões mensais, pois “se a gente começa se reunir uma vez por mês, a demanda vem porque todo mundo tem na cabeça um ou outro assunto”. Na sua visão os novos integrantes sempre deveriam ser convidados para participar nos encontros da rede, a fim de conhecerem o que é a rede, como funciona, sua importância. Não obstante, contraditoriamente, a agricultora ressalta que

na verdade Rede Ecovida dá a certificação orgânica, foi por isso que a gente montou a rede, não temos outra razão, ela é só para certificar. Primeiro você entra na agroecologia como o 2PL, 1PL, aí você pode animar a rede, outros vão entrar com a opção para comercializar os produtos, a fim de facilitar, e todo aquele papo sobre agroecologia fica muito longe (6PL).

O peso da dimensão econômica parece ser o mobilizador, pois ainda que a agricultora 6PL considere importante a integração dos novos membros ao GPL, os quais são na sua grande maioria ligados à pecuária de leite, na prática não vem tendo nenhuma atitude para que eles compareçam aos encontros. Em geral, os novos integrantes do GPL estão à margem dos temas, discussões e ações do grupo. Nesse caso verifica-se mais uma tensão entre manter a rede, ou dedicar-se aos objetivos específicos/particulares. A fim de facilitar o funcionamento da rede, não se trata de eleger um ou outro desses aspectos, mas de procurar equilibrá-los, de forma que possam coexistir paralelamente (BERGER, JONES, BROWNE, 2008).

A falta de resultados concretos e de maior divulgação dessas atividades nos seus respectivos municípios, pouco favorece o potencial estratégico da rede em termos de viabilizar a construção de novas modalidades de desenvolvimento rural. Além disso, a não

comercialização desses produtos. Esse Programa foi fruto de uma demanda da sociedade civil, em especial da Pastoral da Saúde de Joinville que há 20 anos buscava legalizar o uso de plantas no tratamento de doenças no Sistema Único de Saúde (SUS)” (SILVEIRA, 2013, p.250).

consideração da dimensão sociopolítica contribui para aproximar a Rede Ecovida a uma simples certificadora, tendo isso sido inclusive destacado pelos próprios agricultores. Nesse caso ao invés de contribuir de forma estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável, essas experiências tendem a se restringir a pequenos grupos que se agregam à rede em busca de um selo a baixo custo, em geral, visando nichos de mercado. Dessa forma, a limitação dos encontros, as poucas conexões, a desconsideração da dimensão sociopolítica nesses processos contribui para certa apatia e desinteresse dos agricultores em se envolver mais na rede.

No entanto, em termos de comparação, tendo por base o sociograma sobre a troca de informações na rede (gráfico 01), pode-se dizer que o GPC apresenta uma estrutura um pouco mais distribuída, estando mais próxima a estrutura em rede, enquanto o GPL se centraliza em poucos nós, além de haver muita desagregação entre eles, com poucos laços, nitidamente explícitos no referido sociograma. Outro dado que favorece o GPC em termos de se assemelhar mais a uma estrutura reticular, é a ausência de um coordenador formal no grupo e a abertura para o surgimento de novas lideranças. Ou seja, no GPC não são os mais antigos que estão à frente desse processo, embora continuem participando ativamente no grupo. A maior assiduidade de encontros, a similaridade entre as frequências dos laços contribui para gerar motivação no grupo e um ambiente propício para o florescimento de novas lideranças.

Mesmo com pouca visibilidade nos seus municípios, os gráficos das redes egocêntricas⁷ evidenciaram um perfil fortemente endógeno dos grupos, os quais têm poucos laços exógenos, afora um ou outro agricultor que possui uma variedade mais ampla de conexões. As parcerias com atores territoriais que apresentam perfil similar ao da Rede Ecovida, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Fórum da Agenda 21 e o Fórum de Economia Solidária, são frágeis ou inexistentes. Os vínculos com essas organizações poderiam contribuir para o fortalecimento dessas inovações sociotécnicas, principalmente no que se refere à troca de informações, à ajuda mútua, o fortalecimento das coalisões territoriais e o engajamento da juventude nessas atividades. Como pode ser verificado na referida pesquisa, a depender do interesse dos filhos dos agricultores, a Rede Ecovida tende a desaparecer, pois a grande maioria não pretende dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelos pais. No entanto, como bem colocado pelos agricultores, o desinteresse da juventude pela agricultura não resulta apenas dos maiores atrativos do meio urbano, mas de toda uma construção ideológica que enaltece esse espaço. Segundo esclarece o agricultor 7PL,

⁷ Ver: SILVEIRA, 2013.

desde a década de 1950 estão fazendo propaganda de que ir para a cidade é bom, então os filhos de agricultores preferem trabalhar de balconista, ganhando R\$ 800,00, e trabalhar limpinho do que vir para o campo e ganhar R\$ 1000,00 sendo dono do próprio negócio, pois tem de acordar cedo todo dia para tirar leite, trabalho sujo, e tem a questão do *status*, tipo o que você faz, não, sou agricultor, não, eu trabalho no comércio. Tem mais *status*, por isso que o pessoal prefere trabalhar na fábrica com carteira assinada, tem décimo terceiro, fundo de garantia etc. A questão do *status* é muito forte, tem um preconceito altíssimo por ser agricultor (7PL).

Outros agricultores entendem que o trabalho despendido no meio rural, o pouco incentivo, as incertezas em termos se terão ou não retorno dos investimentos, o pouco prestígio dessa atividade, são os grandes fatores que desestimulam a juventude a permanecer no rural.

Quem enxerga um pouquinho mais que um palmo na frente do nariz ele vê oportunidade melhor nas empresas, ele trabalha o seu horário, diferente do que nós agricultores fazemos, mesmo na nossa atividade, às vezes a jornada vai acima de 15 horas e isso numa empresa não há necessidade, se trabalhar mais tem hora extra. Você pode ir embora a qualquer momento, você tem direito a um seguro desemprego e no atual momento onde só não está empregado quem não quer trabalhar, pois emprego tem sobrando, você tem direito ao décimo terceiro, a férias, você tem em caso de algum acidente um seguro/pagamento. Com toda certeza é muito melhor os jovens irem para o meio urbano. (...) É o que está acontecendo, não posso tapar o sol com a peneira por que a realidade é essa, a salvação da agricultura familiar está nesses pontos, turismo, nessas associações que produzem alimentos (AJAAR) (Agricultor convencional).

No caso da zona costeira catarinense essa situação é ainda mais complexa, pois há muitos atrativos devido à proximidade ao meio urbano e as oportunidades de trabalho assalariado, principalmente, no verão em que o turismo sazonal é muito forte. Em função disso, muitos agricultores veem pouca potencialidade para essas inovações na região, mesmo tendo mercado consumidor, conforme esclarece a agricultora 4PL:

Isso é o que eu sei, que os agricultores estão desanimando, a impressão é que a rede vai acabar em Paulo Lopes, os filhos não querem ficar. E vai, pois eu já não tenho mais saúde para estar tocando o sítio, meus filhos nem pensar, meu marido está estressadíssimo. O 9PL também já tá idoso e cansado. A 13PL e o 2PL já estão com muitos conflitos (...). Então vai acabar que cada um vai saindo, ainda como a gente está resistindo, mas se olhar dos lados vai ver que estamos cheio de casa, e com isso a nossa água está sendo poluída, então como que a gente vai ser orgânico com água poluída? (4PL).

No entanto, mais que uma inovação sociotécnica, a Rede Ecovida de Agroecologia é fundamental para manter a sustentabilidade dessa região, em termos de propiciar maior equilíbrio face à urbanização desordenada, à desestruturação das comunidades e, em

consequência, da identidade cultural desse território. Em função disso, urge o fortalecimento de dinâmicas voltadas para o desenvolvimento territorial sustentável o que implica a consolidação e difusão dessas inovações, assim como o maior incentivo das políticas públicas a essas tecnologias sociais.

3 A importância do desenvolvimento territorial (sustentável) para o fortalecimento das inovações sociotécnicas

Em fins da década de 1990, sob influência de políticas públicas europeias, em especial do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local e Rural (LEADER) o desenvolvimento setorial foi sendo aos poucos superado pelo desenvolvimento territorial. Isso porque o rural não se limita mais a sinônimo de desenvolvimento agrícola, tendo passado a ser compreendido de forma mais integrada, em que são consideradas atividades agrícolas e não agrícolas. Não obstante, pode-se colocar que o desenvolvimento territorial, no Brasil, é uma agenda relativamente recente, tendo iniciado formalmente em 2003 com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, a qual é responsável pela formulação e implementação do PRONAT (Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais). Esse programa procura disseminar uma cultura de planejamento descentralizado, capaz de envolver diferentes grupos existentes no território, em especial as populações em situação de vulnerabilidade social (ANDION, 2009).

Contudo, o modelo de modernização agrícola continua hegemônico, com uma política verticalizada de gestão do território, embora as políticas descentralizadas venham sendo estimuladas. Segundo Schejtman e Berdegú (2003 apud AMORIN, 2008, p.02), “o território é um conjunto de relações sociais que dão origem e expressam uma identidade e um sentido de propósitos compartilhados por múltiplos agentes públicos e privados”. Dessa forma, o desenvolvimento territorial requer o estabelecimento de um ‘pacto territorial’ capaz de fortalecer um novo sujeito coletivo que articule as forças dinâmicas do território, com a incumbência de

(...) mobilizar os atores em torno de uma “ideia guia”; contar com o apoio destes atores não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto; definir um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades de um território; realizar o projeto em um tempo definido; criar uma entidade gerenciadora que expresse a unidade (sempre conflituosa, é claro) entre os protagonistas do pacto territorial (CASAROTTO FILHO E PIRES apud ABRAMOVAY, 2000a, p. 09).

Não obstante, tal como referido na pesquisa empírica apresentada na seção anterior, há uma fragilidade nas conexões entre os diferentes grupos e atores territoriais. Ou seja, na viabilização das coalisões territoriais, sociais e políticas, as quais implicam a capacidade de formar laços territoriais em prol da consolidação de dinâmicas exitosas de desenvolvimento (BEBBINGTON, OSPINA, RAMÍREZ, 2011). Segundo Abramovay (2000), iniciativas desse porte requerem investimentos em educação no meio rural, a fim de favorecer a aprendizagem e a valorização dos saberes locais, uma vez que o desenvolvimento territorial “apoia-se, antes de tudo, na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de uma certa região” (ABRAMOVAY, 2000, p. 11). Desse modo, pode-se colocar que as possibilidades dos projetos se concretizarem irão depender do jogo de atores, de suas redes/alianças/conflitos. Daí a importância das pesquisas empíricas com foco nessas dinâmicas, nas instituições de mediação e negociação, e na participação dos atores menos mobilizados (CAZELLA, BONNAL, MALUF, 2009).

O enfoque territorial propicia maior relevância à abordagem endógena de desenvolvimento rural, em relação à exógena. As áreas rurais integram-se ao sistema econômico através de sua diversificação interna e integração externa, tendo destaque a especialização territorial, voltada para a economia de escala, e a diversificação atrelada a uma economia de escopo. Enquanto a primeira se pauta pelas demandas da cadeia produtiva, a segunda prioriza a diversidade, a cooperação intersetorial, a identidade territorial, as diversas formas de integração externa e os nichos de mercado (MIOR, 2005).

No entanto, embora a perspectiva do desenvolvimento territorial tenha obtido êxito em reorientar o discurso e o projeto das políticas públicas, isso não foi acompanhado de mudanças institucionais. Ainda perduram os velhos valores e práticas, muitas vezes clientelistas e patrimonialistas, sendo a territorialidade incluída por “adição”. Dessa forma, muitos programas se dizem territorializados/multisetorializados, porém estabelecem um foco, como por exemplo, o combate à pobreza. Além disso, apresentam dificuldade em constituir-se como uma articulação estratégica de desenvolvimento territorial, tendo pouca representatividade dos grupos mais vulneráveis. Apesar desses desafios, os programas têm alguns méritos, tais como melhor aplicação dos recursos públicos, existindo maior controle social; melhoria na qualidade dos serviços municipais; integração entre instituições regionais e municipais; ampliação das parcerias e das articulações intermunicipais (FAVARETTO, 2010).

Todavia, mesmo com esses aspectos positivos, esses territórios ainda não podem ser classificados como territórios “construídos”, pois falta promover a integração entre os diferentes setores existentes no território, em especial no campo da agricultura, de modo a fortalecerem as inovações sociotécnicas e os recursos locais. Persiste a fragmentação das iniciativas, assim como disputas entre os diferentes grupos e suas estratégias para o território, sendo pouca ou inexistente a colaboração entre as agências, conselhos, fóruns que promovem o desenvolvimento (ANDION, 2009; SILVEIRA, 2013). Desse modo, percebe-se uma dissonância entre o discurso e o resultado prático desses programas e inovações, sendo o principal desafio avançar do “território dado” para o “território construído”, a fim de dinamizar a cesta de bens (agricultura familiar, agroecologia, artesanato, pesca, turismo rural etc) do local (PECQUEUR, 2003).

De modo geral, o enfoque territorial ainda está fortemente pautado na dimensão socioeconômica, o que justifica a colocação do termo “sustentável” entre parênteses no título desta seção, pois não logra “a plena incorporação do componente ambiental em todas as dimensões requeridas para se chegar a uma concepção de desenvolvimento territorial sustentável” (BONNAL & MALUF, 2010). O conceito de desenvolvimento territorial sustentável (DTS) põe ênfase na questão da sustentabilidade socioambiental, de modo a reforçar avanços em relação à abordagem territorial que prioriza a dimensão socioeconômica, por apresentar os seguintes limites:

(1) considera os aspectos culturais, históricos e sociais apenas como ‘recursos’ ou ‘capitais’, visando impulsionar o desenvolvimento; (2) exclui do debate a falência dos modelos tradicionais do desenvolvimento e suas consequências sobre a crise socioambiental atual; (3) desconsidera os aspectos políticos no nível micro e no nível macro, referente às assimetrias Norte-Sul; e (4) confunde desenvolvimento com o fortalecimento da economia centrada no mercado (ANDION *et al.*, 2003, p. 204).

Não obstante os desafios mencionados, o desenvolvimento territorial (sustentável) constitui uma alternativa para o meio rural, em especial no que se refere ao fortalecimento das inovações sociotécnicas. Ao valorizar a integração, a descentralidade, a participação e o desenvolvimento endógeno, tende a contribuir para a consolidação e difusão dessas inovações via políticas públicas e aportes institucionais. Contudo, ainda há muito a ser feito, embora seja inegável que as políticas públicas pautadas no enfoque da territorialidade, tal como destacado na primeira seção deste trabalho, tenham sido ampliadas e fortalecidas. Dessa forma, o principal desafio consiste na viabilização dos “territórios construídos” o que implica maior

dispêndio de esforços na construção das conexões, uma vez que os laços constituem ativos territoriais.

Considerações finais

O fortalecimento da agricultura familiar, de base ecológica, tende a se ampliar devido a crescente preocupação dos consumidores com a saúde e a qualidade de vida. Com o aumento da demanda, as políticas públicas para esse segmento devem ser paulatinamente reforçadas, o que constitui um aspecto favorável para as redes de agroecologia. Porém, se o objetivo não se limitar a mero produtivismo, ou a um nicho de mercado, mas de fortalecer a identidade de projeto dessas inovações e/ou o desenvolvimento territorial sustentável, torna-se imprescindível o fortalecimento das conexões em rede. Para tal, deve-se transcender o discurso do senso comum de que basta haver conexões para a existência das redes, desconsiderando os esforços necessários para que essas estruturas funcionem, de fato, enquanto rede. Sem isso, é forte o risco dessas inovações se limitarem aos mesmos grupos, tendo uma inércia em termos de protagonismo e de fortalecimento de novas sociabilidades, pautadas na confiança e na ajuda mútua.

Como pode ser demonstrado pelo sociograma, a estrutura da rede irá refletir a sua dinâmica. Para alterá-la, faz-se necessário uma reestruturação dessas inovações sociotécnicas, de modo a possibilitar a emergência de uma nova dinâmica reticular, mais horizontalizada e com graus similares de frequência dos laços. No caso da análise empírica analisada neste artigo (Rede Ecovida), o ideal seria que essa iniciativa partisse do coletivo, ao invés de limitar-se a um ou outro grupo, em termos de ser construída em longo prazo, constituindo uma estratégia de ação, a fim de fortalecer os nós, a rede e, em consequência, o desenvolvimento territorial sustentável.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada** — n° número 2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000. Disponível em: http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/2000/O_capital_social.pdf. Acesso em 26/05/2011.

ALMEIDA, Jalcione. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado.** Ensaios FEE, Porto Alegre, v.24, n.º02, p. 499-520, 2003. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/665.pdf>. Acesso em 20/04/2011.

AMORIN, Luci Suzana Bedin; STADUTO, Jefferson Adronio Raimundo. Desenvolvimento territorial rural: estudo empírico sobre agroindústria familiar rural no Oeste do Paraná. **Rev. de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n.º01, p. 15-29, jan/jun. 2008. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/729.pdf>. Acesso em: 20/04/2011.

ANDION, Carolina et al. Space and Inequality: A Case Study of Territorial Development in Santa Catarina. **Administrative Theory & Praxis** / June 2009, Vol. 31, N.º 2.

BEBBINGTON, Anthony; OSPINA, Pablo; RAMÍREZ, Eduardo. **Proyecto de investigación temática desarrollo territorial, médio ambiente y coaliciones extra-territoriales.** Abril de 2011. Disponível em: <http://www.rimisp.org/wp-content/uploads/2013/03/215.pdf>. Acesso em: 20/10/2013.

BERGER, Gabriel; JONES, Mercedes y BROWNE, Marcela. **Relevamiento de Modelos de Colaboración entre Organizaciones Sociales.** Universidad de SanAndrés. Centro de Inovação Social. Buenos Aires. Nov. 2008. Disponível em: <http://www.gestionsocial.org/>. Acesso em: 20/01/2011.

BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. IN: VIEIRA, P.H.F et al [Orgs]. **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil:** subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED: Secco, 2010.

BRANDENBURG, Alfio. **Movimento agroecológico:** trajetória, contradições e perspectivas. Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/agricultura_meio_ambiente/Alfio%20Brandenburg.pdf. Acesso em 20/10/2012.

CASSARINO, Julian Perez. **Dimensões iniciais necessárias à agroecologia como proposta transformadora para o desenvolvimento rural no Brasil.** Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Julian%20Perez%20Cassarino.pdf>. Acesso em 20/01/2013.

CAPORAL, Francisco Roberto & COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia:** alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER – IICA, 2004. Disponível em <http://www.agroecologia.uema.br/publicacoes/CaporalCostabeberMDAFinal.pdf>. Acesso em: 09/09/2009.

CAZELLA, A. Ademir; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: **Agricultura familiar:** multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

CEPAGRO ON LINE. **Núcleo Litoral Catarinense.** Disponível em: <http://www.cepagro.org.br/nucleo-litoral-catarinense/>. Acesso em: 2011.

ECOVIDA, Rede de Agroecologia. Uma identidade que se constrói em rede. **Caderno de Formação 01**. Lapa/PR, Julho de 2007.

_____. **Cultivando sonhos, dando eco à vida**: Relatório do 8.º Encontro Ampliado da Rede Ecovida. Florianópolis, 28 a 30/05/2012. 2012a.

_____. **Núcleos**. 2012b. Disponível em: <http://www.ecovida.org.br/nucleos/>. Acesso em 20/2012.

FAVARETO, Arilson et al. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil**: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010. Pp 15 – 24.

GUANZIROLI, Carlos; BASCO, Carlos. Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: GUANZIROLI, Carlos; BERENGUER, Marco Ortega. **Experiências recentes bem-sucedidas no Brasil em agronegócio e desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: IICA, 2010.

GLIESSMAN, Stephen R **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001

_____. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009

HERRERA, Adolfo Rodríguez; UGARTE, Hernán Alvarado. **Claves de la innovación social em América Latina y el Caribe**. Santiago do Chile: CEPAL, 2008.

LISBOA, Armando. Mercado solidário. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MADAIL, João Carlos Medeiros; BELARMINO, Luiz Clovis; BINI, Dienice Ana. Evolução da produção e mercado de produtos orgânicos no Brasil e no mundo. **RCA – Revista Científica da AJES**. ISSN – 2177-5923. Juína – Mato Grosso. Disponível em: http://www.revista.ajes.edu.br/arquivos/artigo_20110220123621.pdf. Acesso: 2011.

MIOR, Luis Carlos. Das teorias da globalização e localização às redes de desenvolvimento rural: trajetórias do debate acerca da mudança rural. In: **Anais do XLIII Congresso da SOBER**. Ribeirão Preto. Ribeirão Preto, 24 a 27 de julho de 2005.

NÚÑEZ - ESPINOZA, Juan Felipe. **Acercamiento a una Red social de comunicación para el desarrollo rural**: Red Nacional de Desarrollo Rural Sustentable (RENDRUS). México. Tese de doutorado. Terrassa, Barcelona. España. Julio del 2008.

PECQUEUR, Bernard. A guinada territorial da economia global. **Revista Eisforia** / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. – v.1, n.1 (jan/jun 2003) – Florianópolis: PPGAGR, 2003. Barcelona. España. Julio del 2008.

PORTAL TERRA. **Lei dos Orgânicos completa dois anos**. Disponível em: <http://www.organicnet.com.br/2013/01/lei-dos-organicos-completa-dois-anos/>. Acesso em 20/10/2012.

RICCI, Rudá. Os desafios dos movimentos sociais hoje. Entrevista: **IHU On-Line** – edição 325, 21-04-2010.

Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=3164. Acesso em: 22-04-2010.

SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés Villamil (orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SILVEIRA, Suzana Maria Pozzer da. **Redes de agroecologia: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável**. Estudo de caso de dois grupos do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia no período de 2002 a 2012. 2013. 482 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2013. Disponível em : <<http://www.bu.ufsc.br/teses/PSOP0453-T.pdf>>. Acesso em : 7 ago. 2013.